

Caminhos para uma teoria económica satisfatória: transcender os limites da ortodoxia com as visões institucionalistas

Hugo Pinto



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1455>

DOI: 10.4000/eces.1455

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Hugo Pinto, « Caminhos para uma teoria económica satisfatória: transcender os limites da ortodoxia com as visões institucionalistas », *e-cadernos CES* [Online], 02 | 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1455> ; DOI : 10.4000/eces.1455

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 novembro 2019.



Caminhos para uma teoria económica satisfatória: transcender os limites da ortodoxia com as visões institucionalistas

Hugo Pinto

1. Introdução: a teoria económica e os seus limites

- 1 A Teoria Económica é um tema que deveria interessar a todos os economistas. Perceber a realidade da forma mais adequada que nos for possível depende do modo como criamos quadros conceptuais relevantes e indicados para nos explicar os fenómenos que nos rodeiam. A Economia enquanto ciência é muitas vezes definida mais pelos métodos analíticos que utiliza do que pelo objecto de estudo que foca. Se perguntarmos aos economistas (felizmente hoje em dia a diversidade começa a ser também já um indicador interessante) o que entendem por economia e o que a economia estuda provavelmente irão referir uma série de conceitos e métodos que são originários da Escola Neoclássica, que tem actualmente o estatuto de ortodoxia económica. Vamos ouvir falar da escassez, de recursos limitados, de eficiência, do equilíbrio entre a oferta e a procura, tipos de mercados da concorrência perfeita a monopólios, do olhar necessário sobre o agente-tipo (o consumidor, a empresa), e que tudo isto deve ser representado através de uma formalização matemática adequada, p.e., a análise marginalista, que deverá originar posteriormente gráficos e esquemas, consubstanciando um modelo.
- 2 Esta visão deixa muitos espaços em branco. Pelo menos dois essenciais podem ser referidos. O primeiro é que a Economia, ao focar os temas que atrás foram referidos, acaba por afastar uma série de assuntos que cabem dentro do social, mas que os economistas insistem em colocar de lado, como se não fossem nada importantes para o domínio económico. O segundo é que a Economia parece adita dos métodos. Apenas

quando respeitamos a lógica dominante da utilização de números (a utilização da Econometria é a apoteose) é que determinado estudo económico pode ser visto como científico. Outros métodos, de cariz mais qualitativo, são negligenciados e afastados.

- 3 Esta situação deu à Economia uma evolução curiosa, foi aumentando a distância face a outras ciências sociais como a Sociologia ou a Antropologia e ganhando o respeito e um estatuto de verdadeira ciência, que às outras ciências sociais é recusado pelas ciências exactas. O domínio da matemática teve esse mérito e parece (aos olhos dos mais distraídos) transformar a Economia numa ciência geradora de leis universais e imutáveis.
- 4 Mas a discussão da teoria económica tem de ter em conta as suas limitações quando se baseia em visões simplistas da teoria neoclássica. A teoria institucionalista tem procurado assumir-se como capaz de preencher alguns dos espaços em branco que atrás eram referidos, através de respostas mais complexas mas igualmente mais satisfatórias.
- 5 O ensaio que se segue procurará explicitar o que se entende por Institucionalismo tendo como ponto de partida os limites da teoria ortodoxa da Economia. As ideias institucionalistas iniciais serão apresentadas, assim como o Novo Institucionalismo. No final tentar-se-á perceber se o Institucionalismo está a convergir para uma teoria mais consolidada ou se diverge entre os seus dois grandes ramos teóricos do Velho e do Novo Institucionalismo.

2. A ortodoxia da economia: a visão neoclássica

- 6 Actualmente quando qualquer licenciado em Economia sai de uma universidade ele transporta consigo um manancial de referências que o identificam com os seus pares e que transformaram as teorias neoclássicas na ortodoxia do pensamento económico.
- 7 Pegando nos manuais introdutórios de Economia, por exemplo, um de Samuelson e Nordhaus (1993) e outro de Baulmol e Blinder (2000), o que vamos encontrar? Deparamo-nos com uma aproximação à ciência económica como o estudo da forma como as sociedades decidem a utilização de recursos escassos passíveis de utilizações alternativas, para produzir bens de índole variada e reparti-los por diferentes grupos. Uma atenção muito grande é dada à análise de gráficos e tabelas para seguidamente se introduzir o cálculo diferencial que permite a optimização de várias funções essenciais à compreensão do mundo do *homo economicus*, um agente racional e interessado em si próprio, que deseja bem-estar, evitando o trabalho desnecessário e com capacidade de tomar as decisões adequadas para estes fins.
- 8 Mas então quais são os pressupostos essenciais da Teoria Neoclássica? Podemos dividir estes pressupostos em três grupos.¹ O primeiro grupo de pressupostos relacionam-se com a visão auto-reguladora do mercado, um mecanismo universal, a que Adam Smith chamaria a “Mão Invisível”, que tende a levar a situação económica para um equilíbrio estável de longo prazo. Existe uma natureza auto-ajustadora e auto-correctiva da economia, onde os agentes, dotados de informação perfeita e rendimentos decrescentes, procuram optimizar a sua situação. Um segundo grupo de pressupostos relaciona-se com o enfoque do individualismo metodológico. O enfoque é dado ao agente, a empresa, o indivíduo, tratadas como entidades racionais, dotadas de informação perfeita e que decidem de forma a melhorarem a sua situação. Os agentes

económicos ao perseguirem os seus próprios interesses promovem os interesses da sociedade que é apenas a agregação dos resultados das acções individuais. Um último grupo de pressupostos fundamentais é a existência de modelos comportamentais dos fenómenos, que procuram encerrar explicações universais. A sofisticação dada a estes modelos cresceu muito fruto da influência (inveja?) que os economistas tinham dos físicos, consequência da universalidade das suas leis e do carácter mecânico dos resultados que encontravam, importando para a análise do económico o cálculo diferencial. A gênese da Economia enquanto ciência está ligada à Física. Até o nome da ciência económica (Economics) segue a Physics (Física). O próprio Alfred Marshall, referência obrigatória quando falamos na formalização matemática na Economia, notou os problemas da utilização da matemática na economia:

[I had] a growing feeling in the later years of my work at the subject that a good mathematical theorem dealing with economic hypotheses was very unlikely to be good economics: and I went more and more on the rules - (1) Use mathematics as a shorthand language, rather than an engine of inquiry. (2) Keep to them till you have done. (3) Translate into English. (4) Then illustrate by examples that are important in real life. (5) Burn the mathematics. (6) If you can't succeed in (4), burn (3). This last I did often²

- 9 Actualmente a sofisticação dos estudos económicos continua muito dependente dos métodos utilizados. Por exemplo, a utilização crescente de métodos de estatística multivariada e de modelos econométricos trazem a credibilidade e cientificidade que outros métodos parecem não obter nas publicações na área da Economia.

3. O institucionalismo como resposta às limitações da teoria económica

- 10 A Escola Neoclássica teve o mérito de trazer um reconhecimento à Economia enquanto ciência que a distancia das outras ciências sociais. No entanto, os pressupostos devem ser alvo de críticas porque têm duas consequências limitadoras importantes.
- 11 A primeira e sobre a qual este artigo não vai debater, é que os pressupostos neoclássicos, são muitas vezes utilizados para fazer a apologia política do liberalismo económico. Os desequilíbrios tendem a ser corrigidos pelo mercado, e assim a intervenção do Estado na Economia deve ser mínima, procurando eliminar apenas as falhas de mercado resultantes da existência de externalidades e de bens públicos.
- 12 A segunda e no qual o texto se centra é a incapacidade de, com os pressupostos sugeridos, se alcançar uma explicação satisfatória da realidade. Furubotn (1997: 441) revela que se desejamos perceber o comportamento económico como ele acontece no mundo real não nos podemos abstrair dos principais elementos caracterizadores da realidade económica, como a racionalidade situada e os custos de transacção. Tal como refere Reis (2007: 51) não é um mundo estático e previsível que temos diante de nós caracterizado pela escolha do indivíduo. A lei dos rendimentos decrescentes e a total mobilidade dos factores implica que exista uma tendência para a convergência, algo que não confirmamos quando olhamos pela janela. O mundo que vemos pela janela contempla a vida colectiva, a presença de agentes activos, por vezes irracionais, em que a eficiência, o desperdício e o desequilíbrio acontecem, um “reino de incerteza”, o “processo da vida” a que Veblen, um dos pais da Economia Institucionalista se referia. É a diversidade humana que cria uma realidade social complexa originária de diferenças

e padrões variados derivados da interacção humana. Tal como refere North (2005: 19) o mundo não é ergódico, ou seja, não é totalmente previsível com base nos comportamentos passados e a racionalidade humana é limitada. Herbert Simon (1986) refere que se aceitarmos que a proposição que o conhecimento e a capacidade de processamento do decisor são limitados e então temos de distinguir o mundo real da percepção e racionalização do actor sobre o mundo. Os pressupostos da teoria neoclássica são úteis enquanto sub-sistema, que trata das operações do mercado e não como ele as desenvolve, mas falham na explicação do sistema económico de uma perspectiva mais geral. A este respeito, Douglass North (1993) no seu discurso do Nobel refere que:

[...] Neoclassical theory is simply an inappropriate tool to analyze and prescribe policies that will induce development. It is concerned with the operation of markets, not how markets develop. [...] The very methods employed by neoclassical economists have dictated the subject matter and militated against such development. That theory in the pristine form that gave it mathematical precision and elegance modelled a frictionless and static world. (...) In the analysis of economic performance through time it contained two erroneous assumptions: one that institutions do not matter and two that time does not matter.

- 13 As tentativas mais ou menos relevantes da Ortodoxia Económica introduzir complexidade nos seus modelos (por exemplo, endogeneizando o capital humano e a tecnologia nos modelos de crescimento ou a inclusão de informação assimétrica dos agentes), não altera substancialmente os enunciados de base.
- 14 A Escola Institucionalista surge assim como forma de compreender a interacção humana, uma crítica implícita à Escola Neoclássica. Segundo Hogdson (2006b: 2) as instituições são tipos de estruturas centrais na sociedade, sistemas de regras estabelecidas e prevalentes que estruturam as interacções sociais. North (1993: 2) refere que as instituições são restrições humanamente criadas que estruturam a interacção humana, constituídas por restrições formais (regras, leis, constituições) ou restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e as características de *enforcement* que definem a estrutura de incentivos na sociedade. Aoki (2005: 7) mostra uma instituição como um padrão de interacções sociais auto-sustentado, representado por regras com significado que todos os agentes conhecem e incorporam como crenças partilhadas sobre o modo como o jogo é jogado.
- 15 Como relata Hogdson (2006a: 2) o interesse dos economistas pelas instituições não é novo. A Escola Histórica Alemã, por volta de 1840 a 1930 é um ponto de partida importante porque veio lançar a atenção para a teoria económica adaptar-se às condições particulares em termos culturais e históricos. Esta escola tinha uma visão alargada e uma grande variedade de posições dos seus membros em termos teóricos, políticos e filosóficos. O Velho Institucionalismo Americano (Old Institutional Economics – OIE), do qual as figuras centrais foram Thornstein Veblen e John Commons, destacava a importância central das instituições e da mudança institucional rejeitando o enfoque no indivíduo e dando atenção primordial ao colectivo e na sua preponderância sobre o agente individual. Os próprios mercados deveriam ser vistos como instituições. Outro assunto muito salientado era a noção de preferências endógenas, as preferências individuais não devem ser tidas como dadas exogenamente, mas antes como parcialmente moldadas pelas circunstâncias económicas e culturais. Outros pontos comuns do Velho Institucionalismo, do qual Hogdson é considerado um dos grandes herdeiros, referem-se a uma visão holista, sistémica e evolucionista, com

uma abordagem experimentalista e não formalista, onde a incerteza e contingência, mas também as questões do conflito e poder têm uma relevância grande. Veblen argumentava que a Economia deveria ser uma ciência evolucionista, guiada pelos princípios darwinistas, onde a mudança das instituições e da cultura poderiam ser vistos como processos de evolução, e os hábitos e as instituições como unidades de selecção. Veblen foca as questões da reprodução de poder, a cultura e ambiente contextual, o sistema económico como um produto cultural e social, onde a dinâmica económica assenta nas tecnologias, as instituições são reprodutoras das especificidades que as tecnologias introduzem e o sistema económico baseia-se num processo evolutivo dependente das trajectórias de industrialização e de mudanças tecnológicas rápidas e extensas. Para Hogdson (1994: 59), Veblen falhou em providenciar uma teoria sistemática, mas deixou a porta aberta para outras aproximações entre os seus seguidores. Segundo o mesmo autor (2006a: 3), a América dos anos 30 tornou-se um ambiente discordante à popularidade de ideias darwinistas nas ciências sociais, em particular na Economia. John Commons, (Hogdson, 1994: 59) fez contribuições magistrais para a Economia Institucionalista, tentando providenciar um quadro teórico sistemático que ultrapassasse esta discordância, mas a sua tarefa estava dificultada pelo contexto. Aplicando as ideias veblenianas de selecção natural das instituições, mas onde estas assumem uma maior centralidade enquanto instrumentos de coordenação e de resolução, Commons foca a sua atenção em temas como as instituições enquanto determinantes do desempenho económico, nos direitos de propriedade e coloca uma forte ênfase nas transacções e contratos, ideias que irão ser desenvolvidas pelo Novo Institucionalismo Económico (NIE). No mesmo texto, Hogdson refere ainda que as tentativas de Commons em construir um quadro conceptual foram pouco sucedidas porque o seu legado acabou por ser caracterizado por uma série de visões episódicas e incompletas de noções teóricas.

- 16 Após a Segunda Grande Guerra, o prestígio da utilização da matemática e da modelização, a síntese neoclássica, onde os modelos de equilíbrio geral walrasiano e a macroeconomia “pseudo-keynesiana” pareciam compatibilizar-se, levaram a um apagamento do Institucionalismo. Apesar de uma menor influência após 1945, o Velho Institucionalismo sobreviveu, com figuras como John Galbraith, Simon Kuznets, Gunnar Myrdal e Karl Polanyi. Como evidência da vitalidade da velha tradição institucionalista Kuznets e Myrdal foram laureados com a distinção Nobel em 1971 e 1974, respectivamente.
- 17 O NIE assume-se como um projecto diferenciado na Economia mas aceite pela generalidade dos economistas de referencial neoclássico. Os grandes nomes deste ramo foram Oliver Williamson, Douglass North e Ronald Coase. A este respeito, Reis (2007: 59) sublinha que “...estamos no mundo luminoso e dourado dos prémios Nobel e não nos ambientes semicerrados e de perfumes rituais que correspondem aos meios de resistência e de formação de identidades fortes [do Velho Institucionalismo]”.
- 18 Williamson, responsável pelo baptismo em 1975 deste novo ramo da Economia, negou ligações entre o seu trabalho e o OIE, com excepção aos trabalhos de Commons. O NIE defende que o Velho Institucionalismo falha na criação de uma teoria, sendo apenas uma massa de material descritivo a aguardar por uma teoria (ou uma fogueira!).³ A meta do NIE era explicar a existência de instituições políticas, legais ou sociais, através de um modelo de comportamento individual detectando as consequências em termos de interacções humanas. O movimento explicativo da realidade é da centralidade dos

indivíduos para as instituições, sendo os indivíduos tomados como ponto de partida, onde existe um estado natural livre de instituições (Hogdson, 2004: 88). O NIE vai beber de ideias originárias de Menger (1871) que foi pioneiro em ver como as instituições evoluíam de forma não planeada e não prevista a partir das decisões racionais e interações dos agentes individuais. Oliver Williamson desenvolveu uma teoria dos custos de transacção da empresa dando importância central ao mercado. A existência do mercado é vista como um ponto de partida a partir do qual os indivíduos criam empresas e hierarquias para garantirem uma redução nos custos de transacção.

- 19 O NIE pode, por vezes, ser confundido com um movimento seu contemporâneo no desenvolvimento da ciência económica que ficou conhecido como o Imperialismo da Economia. Este movimento reflecte a convicção de que o núcleo central da Economia, a teoria da escolha racional, é aplicável a todo o espectro das Ciências Sociais. O representante mais conhecido deste movimento é Gary Becker, laureado com o Nobel em 1992, um dos primeiros economistas a analisar tópicos identificados tradicionalmente com a Sociologia, como a discriminação racial, o crime, a organização familiar ou a droga, através da visão do comportamento humano como racional e maximizador de utilidade. O próprio Ronald Coase, outra das figuras centrais do NIE, num texto apresentado na *International Economic Association*, em 1975, revelava uma confiança exagerada nas capacidades da Economia, em estender-se para explicações em assuntos usualmente abordados por outras disciplinas.⁴ Coase (1994: 39) referia que o movimento dos economistas para outras ciências sociais era o triunfo de uma técnica ou de um método, como por exemplo a programação linear, a análise custo-benefício e uso de métodos quantitativos. A Economia enquanto ciência da escolha humana permitia focar todos estes assuntos, e os economistas pareciam ter uma vantagem no tratamento destas questões, tratar o homem como um maximizador racional de utilidade, Coase (1994: 42). No entanto, para Coase, (1994: 43) dizer que as pessoas maximizam a sua utilidade não acrescentava nada sobre os seus propósitos na actividade económica e deixava-nos sem nenhuma compreensão do que afinal as pessoas querem. Assim o autor refere que o quadro institucional é essencial, porque o indivíduo comporta-se de forma distinta em diferentes sub-sistemas, o económico, o legal e o político. Uma teoria capaz para explicar um destes sub-sistemas deve ter capacidade de incorporar elementos que surgem da interrelação com os outros sub-sistemas.
- 20 O NIE surge assim como uma forma sofisticada de compreender questões que a Escola Neoclássica estava a negligenciar, mas tentando uma complementaridade e não uma divergência ou ruptura com esta escola. Na verdade, o NIE gera, como expõe Reis (2007: 64), dois campos de trabalho. Um que tem em Douglass North o seu nome principal, preocupado com a análise da mudança institucional e como desempenho de longo prazo das economias, onde as instituições redutoras da incerteza e estruturantes de incentivos que formam o caminho do desenvolvimento das economias podem, portanto, ser favoráveis e impulsionadoras do crescimento ou limitadoras deste. Outro, o plano das organizações e da empresa, em que Williamson e Coase são as figuras de proa. A transacção é a unidade de análise, o fundamento micro-analítico das instituições, onde o indivíduo abstracto da economia está presente, com interesses e necessidades dados exogenamente. O ambiente institucional é um agregado de parâmetros mutáveis cujas alterações modificam os custos organizativos comparados e permitem os arranjos institucionais – estabelecimento entre unidades económicas das formas como podem cooperar ou concorrer. Um dos elementos essenciais que esta

visão adiciona à escola neoclássica é a superação da visão da empresa como uma combinação de *inputs* e factores de produção num conjunto de *outputs*, para uma pequena estrutura de planeamento onde estão presentes decisões que não dependem apenas das questões de mercado. Coase refere, em 1991, no seu discurso do Nobel, que a importância de se ter em conta estes factores institucionais, tem sido bem destacada pela realidade económica, porque existem custos em usar o mecanismo de preços, como era evidenciado na época pela chegada súbita do Capitalismo aos países da Europa de Leste. Estes custos, já referidos anteriormente como custos de transacção, implicam a existência de métodos de coordenação, alternativos aos mercados, que têm custos na sua utilização e que muitas vezes são imperfeitos. Num sistema competitivo, uma empresa, apenas poderá existir se a sua coordenação permitir um custo inferior ao que seria alcançado através das transacções no mercado. Se os custos de fazer uma troca são maiores que os ganhos, então essa troca não se irá concretizar e a produção que se poderia concretizar não é realizada. Assim, os custos de transacção afectam não apenas os arranjos contratuais mas também os bens e serviços que são produzidos. Um exemplo de um mecanismo para reduzir os custos de transacção é o dinheiro, que facilita a definição dos contratos assim como a redução de quantidade de bens e serviços que são necessários para concretizar a troca. A questão dos custos de transacção, abordada por Coase possibilitou a mudança na forma de se pensar a organização económica e o pressuposto que o sistema económico é coordenado pelo mecanismo de preços. Além dos mecanismos de preços, que se dão dentro dos mercados, existe coordenação pelos agentes que empregam diferentes princípios organizacionais dentro da empresa para alocarem os seus recursos produtivos. Assim, as transacções poderiam ocorrer no mercado, através de contratos, ou internamente nas empresas. A isto, Williamson (1985) acrescenta o reforço da refutação da ideia de comportamento maximizador tradicional e enfatiza a necessidade da procura de economizar nos custos de transacção para se obter uma maior eficiência na adaptação das actividades organizacionais às mudanças do ambiente económico. Dependendo dos atributos da transacção e os pressupostos comportamentais dos agentes, a empresa poderá optar por uma das três alternativas de mecanismos de governança: o mercado, a hierarquia ou as estruturas híbridas (Costa, 2005). Para avaliar os custos de transacção, Williamson (1985) fez a seguinte caracterização dos seus atributos:

- - Especificidade de activos: Um activo é considerado específico se houver uma redução do seu valor caso haja a ruptura da transacção. Assim, a quebra contratual poderá levar uma ou todas as partes envolvidas a uma perda, o que aumenta os custos de transacção. Para reduzir os custos de transacção em casos de activos muito específicos, podem-se utilizar mecanismos de governação para reduzir o risco.
 - - Incerteza: A tomada de decisões na empresa é afectada pela incerteza, que acentua os custos de transacção. A empresa ao ter que transaccionar com outra, sem conhecer previamente as variáveis relevantes futuras, incrementa o risco, podendo levar a uma quebra no acordo estabelecido.
- 21 Frequência: A quantidade de vezes que se realiza uma transacção relaciona-se positivamente com a redução dos custos de transacção, porque se desenvolvem mecanismos de comprometimento bilateral e de reputação.
- 22 Os custos de transacção dependem do comportamento dos agentes envolvidos, o que origina uma série de condutas específicas dos actores relacionados com o oportunismo. A procura do melhor para si pode levar os agentes a comportamentos de *free-riding* e

que podem prejudicar os outros agentes da transacção, caso uma das partes manipule ou distorça informações de forma a tirar proveito da situação em benefício próprio, com a noção que a racionalidade é limitada, ou seja, a capacidade cognitiva de tomar decisões e avaliar a complexidade do ambiente e da sua incerteza é incompleta.

- 23 Citando Reis (2006: 66-67), o Novo Institucionalismo é o universo que estuda os resultados dos processos de adaptação e do comportamento (incluindo organizacional) dos indivíduos, onde a Economia com custos de transacção leva à noção que as instituições contam mais para o *mainstream* económico.
- 24 Esta secção procurou de uma forma sucinta iluminar algumas ideias sobre o Institucionalismo, e como as visões originais do Velho Institucionalismo de Veblen e Commons, contrapuseram e resistiram à força da Escola Neoclássica, deixando sementes que pensadores posteriores vieram tratar. Ainda hoje muitas das insuficiências apontadas por estes autores mantêm-se actual quando olhamos para as teorias *standard*. O Novo Institucionalismo, apesar de ser muito diferente do original, repescando a centralidade do indivíduo e comportando-se como complemento da Teoria Ortodoxa, parecendo por vezes comportar-se como os movimentos imperialistas da Economia que tentavam explicar tudo através do olhar da escolha racional, teve o mérito de trazer algum formalismo à análise das instituições o que permitiu uma atenção mais intensa nestes temas pela generalidade dos economistas.
- 25 Chegados aqui, perguntas subsistem... O que é afinal o Institucionalismo? Existe um Institucionalismo? Ou estes dois ramos nunca se vão tocar?

4. O velho e o novo, ruptura ou compatibilização?

- 26 O Velho e o Novo encontram-se na actualidade num ponto central e diferenciador de todas as teorias económicas: as Instituições contam. Mas várias diferenças afastam as duas escolas. Uma dissemelhança essencial entre o NIE e o OIE é a visão sobre as próprias instituições. Se no primeiro caso as instituições são vistas principalmente enquanto restrições adicionais, no segundo as instituições são capacitadoras, *enablers* do processo económico. O OIE e o NIE estão em desacordo quanto à decisão da metodologia, ao holismo (ou colectivismo metodológico) contrapõe-se o individualismo metodológico. Também no enfoque que dão a alguns conceitos e práticas estão em desentendimento. Enquanto o OIE estará preocupado com os sistemas abertos, com a causalidade cumulativa circular, a integração do conhecimento social numa lógica de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, o NIE aborda questões como os custos de transacção, os direitos de propriedade, contratos utilizando as ferramentas da escola neoclássica, a análise marginalista.
- 27 A questão do individualismo metodológico e do holismo é uma das questões-chave nas divisões entre as duas escolas. Ambas as visões devem ser vistas como pólos extremos a ser rejeitados. As estruturas dependem dos indivíduos, mas devemos rejeitar o individualismo. Os indivíduos dependem das estruturas sociais mas o colectivismo também deverá ser rejeitado. É necessária uma visão que permita compreender que os indivíduos e as estruturas constituem-se mutuamente. No entanto, temos de ultrapassar o dilema da impossível simetria, mostrando a prioridade temporal das estruturas sociais face aos indivíduos e que estas possuem propriedades que não são redutíveis às acções individuais e ao seu somatório. Estas visões podem ser integradas se conseguirmos apreender a noção de Causalidade Descendente Reconstructiva

Hogdson (2002). Os indivíduos são influenciados pelo ambiente institucional e estas instituições são historicamente e localmente específicas, envolvendo indivíduos e instituições, que não são apenas restringidas mas também potenciadas e modificadas pelos poderes causais associados aos níveis superiores. Com a Causalidade Descendente Reconstitutiva⁵⁵ o determinismo parece ser eliminado do nível superior, a causalidade descendente, as instituições passam a ser não apenas restrições mas também indutoras de mudança.

- 28 O caminho do Institucionalismo parece assim traçar possibilidades de compatibilização, hoje em dia, é mais fácil perceber as proximidades das ideias de, por exemplo, de North e Hogdson. Parece estar a ser traçado o caminho para um quadro conceptual que poderá ser designado como um Institucionalismo Alargado, Reis (2007: 69). Existe uma mensagem comum e transversal da importância das instituições, do comportamento organizacional, da eficiência adaptativa, de incerteza e limitações informacionais e decisoriais que trazem para a discussão problemas paralelos como são as normas, o *habitus*, culturas, contextualidades, ou seja, processos de estruturação das interações.
- 29 Hogdson (1994) relata o regresso da Economia Institucionalista, mostrando como este campo teórico ainda não está suficientemente desenvolvido para substituir a ortodoxia existente da Escola Neoclássica. No entanto, segundo o autor, as pressões de mudança são tão fortes que a economia não vai ficar inalterada. A visão evolucionista partilhada pelos institucionalistas originais como Veblen e Commons está a ganhar um número alargado de aderentes, e a trazer para a ribalta conceitos centrais do círculo institucionalista como *path-dependence*, causalidade cumulativa e *lock-in*. Neste caminho, a Economia tem vindo a aproximar-se da Biologia, da História e da Sociologia, o que é retratado como uma vitória do Velho Institucionalismo e das suas ideias.
- 30 Num texto mais recente Hogdson (2004: 99) já refere que estão a crescer as áreas de contacto entre a investigação de ambas as escolas e o crescimento de um diálogo frutuoso. O individualismo extremo do NIE inicial está a ser desafiado por dentro e por fora da própria escola. O futuro da Economia Institucionalista terá uma genealogia marcada tanto pelo Velho como pelo Novo Institucionalismo. Uma visão mais ligada a uma síntese e fusão crescente das duas escolas do que a uma vitória do OIE.
- 31 Furubotn (1997: 461) pensa que a investigação futura no campo do Institucionalismo mostra uma muito maior diversidade de aproximações, onde o NIE acaba por se aproximar das ideias do Velho Institucionalismo Americano fazendo tremer a dominância do paradigma neoclássico.
- 32 North (1993: 7), no seu discurso do Nobel, realça como a visão institucionalista pode contribuir para melhorar o entendimento do passado económico. Em primeiro, facilitando a compreensão do processo histórico que origina as condições que permitem custos de transacções, sistemas de crenças e lógicas de cooperação que produzem o crescimento económico moderno e diferenciado entre países. Em segundo, pode explicar a *path-dependence*, algo que é difícil de captar pela visão neoclássica, e que restringe em grande medida o declínio ou crescimento dos países. Em terceiro, a visão institucionalista poderá contribuir para a compreensão da interrelação complexa entre instituições, tecnologia e demografia no conjunto do processo de mudança económica.
- 33 Reis (2007: 71) reforça o caminho de uma Economia mais satisfatória, "...uma visão institucional alargada, quer pela articulação que estabelece entre os diferentes arranjos institucionais, quer pelo modo contextual que a define, compreende de forma muito

mais rica a contingência, a inovação e a diferença.” O Institucionalismo transforma a teoria económica em algo mais satisfatório para a explicação do real.

BIBLIOGRAFIA

- Aoki, Masahiko (2005), *Endogenizing Institutions and Institutional Change*. Comunicação no World Congress of the International Economic Association, disponível em URL <http://www.stanford.edu/~aoki/>;
- Baumol, William e Blinder, Alan (2000), *Economics – Principles and Policy*. Orlando, EUA: Dryden, [8ª ed.];
- Castro, Cleber (2005), *O Processo de Coordenação de Cadeias Agroalimentares: Aspectos Teóricos e Empíricos*. Comunicação no V International PENSA Conference, FEA-RP/USP.
- Coase, Ronald (1994), “Economics and Contiguous Disciplines”, in *Essays on Economics and Economists*, 34-46.
- Coase, Ronald (1991), *The Institutional Structure of Production*. disponível em URL http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1991/coase-lecture.html;
- Fernandes, Marcello e Barros, Nazaré (1997), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant*. Manual escolar, Lisboa: Lisboa Editora, [3ª ed.].
- Hogdson, Geoffrey (2002), “Reconstructive downward causation: Social structure and the development of individual agency”, in Edward Fullbrook (ed.) *Intersubjectivity in Economics: Agents and Structures*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 159-180;
- Hogdson, Geoffrey (1994), “The Return of Institutional Economics”, in Neil Smelser e Richard Swedberg (ed.), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 58-76.
- Laranjo, José Manuel et al. (1995), *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*. Manual escolar do Ensino Secundário 12º ano; Porto: Porto Editora;
- Levitt, Steven e Dubner, Stephen (2006), *Freakonomics – O Estranho Mundo da Economia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Marcelino, Isabel et al. (1995), *Sentido(s) do Saber – Introdução à Filosofia*. Manual escolar do Ensino Secundário 11º ano; Porto: Porto Editora.
- Neves, João César (1998), *Nobel da Economia*. Cascais: Principia.
- North, Douglass (2005), *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- North, Douglass (1994), “Economics Performance Through Time”, in *The American Economic Review*. 8 (3), 359-368.
- Oliveira, Maria Luz et al. (1994), *Introdução à Economia*. Manual escolar do Ensino Secundário 10º ano, Lisboa: Texto Editora, [3ª ed.].

Oliveira, Maria Luz (1996), *Introdução à Economia*. Manual escolar do Ensino Secundário 11ºano, Lisboa: Texto Editora, [3ª ed.].

Reis, José (2007), *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra: Almedina.

Samuelson, P.A e Nordhaus, W.D. (1993), *Economia*. Lisboa: McGraw-Hill, [14ª ed.].

Simon, Herbert, (1986), "Rationality in Psychology and Economics," in *Journal of Business*, 59 (4), 209-24,

Williamson, Oliver (1985), *The Economic institutions of capitalism*. Nova Iorque: Free Press.

NOTAS

1. Seguindo uma linha de raciocínio enunciada pelo Professor José Reis no seminário de 10-01-2008 no âmbito do Programa de Doutoramento "Governança, Conhecimento e Inovação".
2. A citação é a uma obra de Stanley Brue, *The Evolution of Economic Thought*, 5th edition, página 294, referido em URL http://economistsview.typepad.com/economistsview/2006/05/alfred_marshall.html.
3. Coase (1984) citado por Furubotn (1997: 430).
4. Esta tendência imperialista da Economia mantém-se na actualidade, o que pode ser exemplificado com o *best-seller* de 2006 "Freakonomics – O Estranho Mundo da Economia" de Steven D. Levitt e Stephen J. Dubner.
5. Em contraponto com a causalidade ascendente, normalmente aceite, em que elementos de um nível inferior provocam efeitos nos do nível superior, p.e., os vírus causam doenças e os indivíduos moldam as instituições.

RESUMOS

O presente artigo procura discutir as teorias institucionalistas e como estas têm em conta factores que tornam as análises económicas mais ricas, diversas e complexas. Integrar as instituições na análise do económico, enquanto restrições (elementos exógenos e que representam os limites da escolha humana restringindo o conjunto de escolhas disponíveis) e potenciadoras (as regras do jogo, que transcendem a escolha económica e definem as opções disponíveis), permite superar alguns dos limites da ortodoxia da Economia.

ÍNDICE

Palavras-chave: instituições, institucionalismo, teoria neoclássica

AUTOR

HUGO PINTO

É Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local e Licenciado em Economia pela Universidade do Algarve (UAlg). Doutorando em “Governança, Conhecimento e Inovação”, programa co-organizado pelo CES - Centro de Estudos Sociais e pela FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, prepara dissertação com o apoio da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre a temática da transferência de conhecimento.